

**COMITÊ PARA ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO
CONTRA AS MULHERES
51ª. SESSÃO**

A REPRESENTAÇÃO DO IBISS-CO

- Relatório da Participação e Considerações -

Org: Estela Márcia Rondina Scandola

**13 de fevereiro a 2 de março de 2012
Palácio das Nações – Sala XVI
Genebra**

1 Apresentação

Participar da 51ª. Sessão da CEDAW é uma experiência ímpar e significativa de todas as militantes dos direitos humanos de mulheres. Se de um lado, é estar presente em um evento em que o Brasil está prestando contas e está recebendo as diligências emanadas pelo conjunto dos membros do Comitê CEDAW, por outro lado é também conseguir articular com outras organizações dos demais países daquela semana, conhecer os membros do Comitê e trabalhar muito, mas muito mesmo prá fazer recomendações da sociedade civil em conjunto com as demais representações brasileiras presentes.

Por isso, só poderia mesmo organizar este relatório no passo a passo do que foi se passando durante a preparação para a representação do IBISS-CO na referida sessão, o evento da IWRAW, a 51ª. Sessão e os desafios para o monitoramento continuado.

Três momentos foram significativos: o curso oferecido pela IWRAW, o lunch briefing e as ponências. É a preparação dos participantes, a incidência política e o posicionamento político oficial das nossas organizações. Em cada um desses espaços há que se priorizar conhecimentos e habilidades para usufruir o que se pode ganhar, o que se pode oferecer, sobretudo o que se pode representar das nossas organizações de base.

O Brasil, somente a partir de 2005 começou a realizar relatórios de cumprimento das metas da CEDAW. A partir daí também as organizações da sociedade civil estão, não somente se posicionando sobre a Convenção como também sobre o relatório que o Brasil apresenta. Desta vez, não foi diferente: as organizações presentes da sociedade civil tanto incidiram para que novas discussões estivessem presentes na CEDAW como também sobre o relatório que o Brasil apresentou ao Comitê.

Este relatório apresenta a atuação da representação do IBISS-CO e quer, sobretudo cumprir a missão de socializar os conhecimentos, experiências e as possibilidades de intervenção internacional nas políticas públicas brasileiras a partir de um lugar: a militância em direitos humanos com o pé no barro do centro da América do Sul.

2 O credenciamento do IBISS-CO, preparação do relatório sombra e operacionalização da viagem

Em meados de outubro de 2011, a ONU Mulheres contactou o IBISS-CO, verificando a possibilidade de fazer um relatório sombra para a 51ª Sessão da CEDAW. Imediatamente preenchemos os formulários e colocamos em apreciação a nossa organização, mobilizando, inclusive as demais participantes do Observatório Brasileiro sobre Tráfico de Pessoas, no sentido de elaborarmos uma proposta coletiva na temática, evidenciando a realidade do enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil.

Em 10 de janeiro de 2012 recebemos a confirmação que o IBISS-CO estava convidado, informando os prazos para o relatório sombra. Embora tivéssemos tentado realizar esta ação em nome do Observatório Brasileiro sobre Tráfico de Pessoas - OBTP, isso não foi possível por causa do período curto para elaboração dos documentos e também o mês de janeiro é de difícil mobilização, sendo que, mesmo com outras organizações convidadas, somente o IBISS acabou sendo confirmado. Assim, a empreitada coube à nossa organização fazer sozinha, e tivemos o objetivo de centrar na discussão do tráfico e também inserir a temática do desenvolvimento, já que esta está presente nas nossas pesquisas atuais.

A nossa pouca experiência em sessões da ONU levou-nos à decisão de elaborar um relatório sombra profundo e extenso, verdadeiro e contundente sobre os impactos dos grandes projetos na vida das mulheres, a temática do tráfico, migração e mulheres indígenas, numa composição das pesquisas que já tínhamos os resultados em mão, especialmente aquelas do Comitê Estadual de Enfrentamento da Violência e Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes – COMCEX. Este relatório (anexo 1) foi fundamental para o trabalho junto às demais organizações brasileiras como também para um trabalho mais profundo de conversação com a relatora da CEDAW para o Brasil, Sra. Magalys Arocha, representante de Cuba. Também o relatório, embora não apontasse as propostas para a Sessão CEDAW, foi fundamental no processo de elaboração das recomendações brasileiras, pois parte dos dados necessários estavam nele.

Sobre as condições para participação em Genebra, tanto a liberação da representante do IBISS-CO, funcionária pública estadual, quanto o financiamento não estavam garantidos e foram estes dois grandes problemas enfrentados coletivamente pela equipe da nossa organização. De um lado, foi feita uma Comunicação Interna (CI), a partir da ESP para que

houvesse a liberação, o que, ao chegar à Secretaria de Estado de Saúde¹, somente foi dado encaminhamento quando uma carta do IBISS-CO informou que toda a responsabilidade pela viagem era da nossa organização, excluindo quaisquer gastos ou responsabilidades por parte da SES e do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul².

As dificuldades financeiras referiram-se à passagem, hospedagem e alimentação. Depois de várias incidências sobre diferentes órgãos governamentais e outros do próprio Sistema ONU, a ONU Mulheres apoiou o IBISS-CO com a passagem aérea, custeio do curso da IWRAW e gastos com transporte no Brasil e Genebra, sendo essas duas últimas despesas em forma de ressarcimento após o retorno.

A hospedagem e alimentação de 9 (nove) dias foram custeadas pela IWRAW dentro do Programa “Global to Local”, desenvolvido por aquela organização. Os custos adicionais que tivemos e o restante dos dias foram custeados pelo IBISS-CO em forma de diárias, ou seja, não houve custeio pessoal nesta empreitada.

¹ O fluxo da liberação no âmbito do Governo Estadual é dar entrada na solicitação a partir do local de trabalho do funcionário público, cuja chefia apõe o parecer e segue até o Gestor Estadual de Saúde e vai à mesa do Governador por se tratar de saída do território brasileiro.

² Embora todos os procedimentos tenham sido feitos, a publicação de liberação somente foi realizada em março de 2012, com um trabalho de incidência diretamente na Secretaria de Estado de Administração, expondo a necessidade de oficializar a liberação e regularizar a vida funcional da representante.

3 Capacitação no Programa “Global to Local”

A Internacional Women’s Rights Action Watch Ásia Pacific, sediada na Malásia³ é uma organização que, em conjunto com a CEDAW, prepara as organizações dos países para participarem com maior capacidade nas atividades de monitoramento e incidência política. Esta organização realiza previamente à Sessão da CEDAW um curso para os representantes da sociedade civil.

A programação do curso versou sobre:

1. O Sistema de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas
2. Os processos de monitoramento em diferentes Convenções e Tratados
3. As regras de participação da Sociedade Civil
4. Apresentação do Relatório Sombra
5. Incidência Política na sessão da CEDAW – momentos gerais e específicos
6. Conhecendo os membros do Comitê CEDAW
7. Protocolos a serem observados na Sessão CEDAW
8. Orientações para a apresentação do Statment
9. Preparação das recomendações: focal por organização e articulada por país
10. Regras e preparação do Lunch Briefing
11. Avaliação e encaminhamentos diários por delegação de país e entre países
12. Processo de seguimento da CEDAW por país

Participaram pelo Brasil, Telia Negrão da Rede Feminista de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, Carmen Campos do Comitê de América Latina y el Caribe para La defensa de los derechos de las mujeres – CLADEM e Estela Márcia Rondina Scandola do Instituto Brasileiro de Inovações pró Sociedade Saudável – IBISS-CO. Por motivos que não compreendemos muito bem, não foram convidadas para este curso as demais organizações brasileiras que estiveram presentes na 51ª. Sessão da CEDAW: Articulação Nacional de Mulheres Negras (Simone Cruz); o Center for reproductive rights que foi a organização de New York que apresentou o caso Aline Pimentel, centrado na denúncia da mortalidade materna (Monica Arango) e, Tchaurea Fleury de da organização internacional de mulheres com deficiência.

Nesta 51ª. Sessão da CEDAW, 8 países participariam: Norway (Noruega), Grenada, Algeria (Argélia), Congo, Zimbabwe (Zimbábue), Jordan (Jordânia) e Comoros (este não enviou o relatório a tempo e, por isso, foi transferido para 53ª. sessão da CEDAW). Por isso, estiveram presentes 7 países com diferentes números de organizações e temas que apresentam.

³ www.iwraw-ap.org

Assim, as línguas expressas durante a capacitação, eram traduzidas para o francês (Argélia e Congo) e para o português (Brasil). Durante os 10 dias que estivemos juntas, a maioria das exposições foram realizadas em inglês pelos membros da IWRAW⁴, sendo traduzidas, para nós brasileiras, para o português por Gaya⁵, e depois, com a chegada das demais organizações que apresentaram relatórios, nos apoiaram Tchaurea e Mônica.

Ao final da semana de capacitação, elaboramos nossos statments que constava de um texto capaz de ser apresentado em 3 minutos na sessão de apresentação das ONGs. As mesmas demais organizações que não estavam na capacitação também receberam as orientações que nós três havíamos acessado em reuniões da delegação brasileira de ONGs.

⁴ Além das duas pessoas diretamente ligadas à IWRAW, Ms. Wathshlah Naidu and Ms. Gayathiri Jambulingam, também estiveram na capacitação Amanda (Austrália) e Marta (EUA) sendo a primeira responsável pelo registro de todas as ações do conjunto de delegadas e a segunda, profunda conhecedora dos membros da CEDAW e do Sistema ONU.

⁵ Gaya é malasiana que esteve no Brasil por 10 meses na cidade de Goiânia para um intercâmbio. Ela saber português foi fundamental para a nossa capacitação, embora algumas pessoas soubessem o espanhol, praticamente ninguém se expressava nesta língua.

4 Os relatórios sombra do Brasil na 51ª. Sessão da CEDAW

Foram apresentados 7 (sete) relatórios de organizações e redes da sociedade civil visando incidir nesta 51ª. Sessão da CEDAW.

A. Center for Reproductive Rights – relatório disponível em:

http://www2.ohchr.org/english/bodies/cedaw/docs/ngos/CenterReproductiveRights_for_the_session_Brazil_CEDAW51_en.pdf

B. CLADEM/Brasil, Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher, com a participação de organizações e redes na elaboração do relatório (IPAS; Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; GESTOS Soropositividade, Comunicação e Gênero; AÇÃO EDUCATIVA; ECOS Comunicação e Sexualidade; THEMIS Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero; Relatorias Nacionais para o Direito Humano à Educação e pelo Direito à Saúde da Plataforma Descha Brazil; NIEM – Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Universidade do Rio Grande do Sul; REGES – Rede Educação Sexualidade e Gênero e Jovens Feministas; Comissão de Cidadania e Reprodução e Coletivo Feminino Plural).
Relatório disponível em:

http://www2.ohchr.org/english/bodies/cedaw/docs/ngos/CLADEM_Brazil51_en.pdf

C. Global Initiative To End All Corporal Punishment Of Children – Relatório disponível em:

http://www2.ohchr.org/english/bodies/cedaw/docs/ngos/GIEACPC_forPSWG51_Brazil.pdf

D. Instituto Brasileiro De Inovações Pró-Sociedade Saudável – Centro- Oeste – Relatório Disponível em:

http://www2.ohchr.org/english/bodies/cedaw/docs/ngos/IBISS_Brazil51.pdf

E. Coalition Against Trafficking In Women (CATW) – Relatório Disponível em:

http://www2.ohchr.org/english/bodies/cedaw/docs/ngos/JointNGOs_submission_forthe%20session_BrazilCEDAW51_en.pdf

F. Brazilian Association for Action on Rights of Persons with Autism (ABRAÇA); National Federation of Education and Integration of Deaf People (FENEIS); Conselho Nacional dos Centros de Vida Independente (CVI-BRASIL); Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência –

FCD/BR; Instituto Baresi; 3IN - Inclusion, Integrity and Independence e, Red Latinoamericana de Organizaciones no Gubernamentales de Personas con Discapacidad y sus familias (RIADIS), and the International Disability Alliance (IDA)

Relatório Disponível em:

http://www2.ohchr.org/english/bodies/cedaw/docs/ngos/Joint_IDA_NGOs_for_the_session_B_RAZILCEDAW51_en.pdf

G. Articulação De Mulheres Negras Brasileiras – AMNB – Relatório Disponível em:

http://www2.ohchr.org/english/bodies/cedaw/docs/ngos/MulheresNegrasBrasileiras_for-the-session_BrazilCEDAW51_sp.pdf

A organização que não compareceu ao evento foi somente a CATW e seu relatório não teve apresentação.

5 Lunch Briefing

O Lunch Briefing é um momento muito especial durante as Sessões CEDAW. Consiste numa reunião rápida entre os membros do Comitê que voluntariamente se reúnem com a sociedade civil. Neste momento, diferentes interesses são manifestados entre as partes, mas basicamente os representantes da CEDAW perguntam e a sociedade civil presta esclarecimentos. Podem ser assuntos que estão nos relatórios como também assuntos que não estão em nenhum relatório e que as delegadas precisam das informações para melhor exercer seu papel no dia em que o país vai defender seu relatório.

A reunião durou em torno de 40 (quarenta) minutos e o assunto mais perguntado ao IBISS-CO foi mesmo referente à ausência de uma lei de enfrentamento ao tráfico de mulheres e os impactos do des-envolvimento. Neste último, a estranheza causada deu-se devido às informações que circulam em todo o mundo as mudanças que estão ocorrendo no Brasil e a solidariedade que o Brasil tem com os países mais pobres, especialmente da América Latina e agora, a África.

A temática das grandes obras e o impacto sobre as mulheres, o Brasil como destino migratório são, segundo Arocha temas que a CEDAW não havia se preocupado com eles, pois configuram-se como um cenário diverso daquele até então privilegiado nas observações que o Comitê faz ao Brasil.

Participaram mais fortemente Pramila Patten (ilhas Maurício), Magalys Arocha (CUBA), Hiyashi (Japão) e Line Bareiro (Paraguai). A partir dos questionamentos mais debatidos, a delegação brasileira de sociedade civil reuniu-se para organizar os temas visando preparar as ponências do dia seguinte. Ao IBISS-CO coube apresentar a discussão do desenvolvimento e o impacto sobre as mulheres, migração e tráfico.

6 PONÊNCIAS E RECOMENDAÇÕES

Este é um momento muito importante de expressão da sociedade civil. Cada país tem 10 minutos para apresentar. Como fomos seis organizações presentes para falar, foi negociado que cada organização teria 3 minutos e, assim, a sociedade civil brasileira teve 18 minutos. De acordo com os combinados, a apresentação representando o IBISS-CO teve o seguinte conteúdo:

“Soy Estela Scandola, yo vivo y trabajo con mujeres en el centro de Brasil, en la frontera Paraguay y Bolivia, con las riquezas de la diversidad cultural facilitada por la presencia de diferentes pueblos indígenas, comunidades afrodescendientes, asentamientos rurales y una mezcla latina que es proporcionada por la migración. Estos son los más pobres e, en medio de ellos, las mujeres.

Esta región ha tenido un cambio significativo por la implementación de grandes proyectos de desarrollo, especialmente de la industria de azúcar y alcohol, acero y celulosa. Junto con esto están a construir carreteras, hidroeléctricas e puertos. Ahora, la realización de eventos como el Mundial de Fútbol y los Juegos Olímpicos, tienen grandes construcciones en corto plazo, con levas migratorias para su realización.

Sin embargo El Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social - BNDES, no considera los derechos de las mujeres en la financiación de estos proyectos. Hasta el momento el gobierno brasileño no está dispuesto a aplicar normas para la financiación, que incluye estudios y acciones que impiden las violaciones de los derechos, mitigar los impactos e hacer atención a las mujeres afectadas.

Los impactos son indelebles y se puede citar: aumento de la explotación sexual, incluidos los niños, niñas y adolescentes; trata de mujeres para satisfacer el mercado sexual que se instala en los alrededores de las construcciones y el funcionamiento de grandes empresas industriales; aumento de casos de violación; contaminación de ríos y los suelos de la producción campesina; inseguridad alimentaria con la implantación de monocultivo de caña de azúcar que afecta a la directamente territorios tradicionales.

La utilización de los trabajadores indígenas para cortar la caña, ha producido cambio en la vida de las comunidades originarias, haciendo con que las mujeres hagan cargo del mantenimiento de la vida del pueblo, además del aumento significativo de la violencia física y sexual cometida contra ellas y sus hijas. Esta misma práctica de la financiación é hecha por el BNDES a empresas brasileñas y transnacionales que actúan en Latinoamérica y África y, en muchas veces, aumentando la violación de derechos en aquellos países.

Una recomendación del CEDAW por cambios es clave e urgente!”

Após a ponencia a delegação de sociedade civil se reuniu e cada organização elaborou as recomendações de acordo com as temáticas já incorporando as questões perguntadas pelos membros da CEDAW e que tiveram maior impacto na plenária com a sociedade civil. Este é um momento de grande tensão emocional e física pois o tempo é escasso e é preciso construir consensos entre as organizações sobre os temas e os textos, como também fazer as traduções para o espanhol e inglês e enviar para as recomendações para os membros da CEDAW.

Sobre os temas destinados ao IBISS-CO, segue o texto entregue protocolado:

Tema: Migración

Brasil actualmente se ha constituido como un importante destino de migración, con la expectativa de acceder a las políticas sociales y de empleo. Esa realidad mantiene y aumenta los grandes movimientos migratorios internos en el país para sostener los proyectos de gran infraestructura y trabajos temporales. No hay ninguna garantía de los derechos de los migrantes en las políticas públicas brasileñas, en especial la garantía de la atención a la salud y a la asistencia social y a la seguridad social en el trabajo.

Se propone:

Ratificación de la Convención Internacional para la Protección de Todos los Trabajadores Migrantes y Miembros de su familia

Tema: Trata de Personas

La lucha contra la trata de personas tiene como base la política nacional y el plan nacional. Hay un conjunto de acciones planificadas, pero la implementación focal y desarticulada sigue siendo lo que prima. La trata de personas dentro del país y los casos de las personas tratadas son invisibles para Brasil en sus acciones de confrontación. Las acciones existentes se centran sólo cuando el propósito es que la explotación sexual y no cuando la trata tiene otra finalidad. Los presupuestos de los distintos ministerios son insignificantes para la aplicación de la política y el plan.

Se propone:

La implementación del Plan Nacional de Lucha contra la Trata de Personas, con un presupuesto en para todas las políticas públicas que se erigen de los distintos ministerios, la creación de servicios y acciones permanentes de prevención, la asistencia a víctimas de la trata y castigar a las redes de trata de personas, la ampliación del alcance de la legislación para que cubija todos los propósitos para los cuales trafican con personas, así como los diferentes tipos de trata: interna, de otros países hacia Brasil. Desde Brasil hacia otros países y pasando por el territorio temporalmente.

Tema: Obligación del Estado con los derechos humanos

Brasil está experimentando un ciclo de implementación de obras de infraestructura y la agroindustria, teniendo como el principal financiador al Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social - BNDES. Este banco, a pesar de recibir gran parte de su capital de la tesorería nacional, no incluye una perspectiva de derechos humanos en su financiación. Tampoco hay una ley de responsabilidad de las empresas para garantizar los derechos de las mujeres y la prevención de la violación de los derechos humanos.

Se propone:

La creación de legislación nacional sobre la responsabilidad compartida entre las empresas, los bancos financiadores de las empresas de infraestructura y el Estado con el fin de garantizar los derechos humanos de las mujeres, niños y adolescentes, especialmente en lo que respecta a la seguridad alimentaria, la migración, el trabajo forzoso, explotación sexual y la trata de personas.

Tanto a ponência quanto as recomendações constituem-se em momentos centrais para a participação da sociedade civil pois além de responder à expertise de cada organização, coletivamente comprometem o conjunto das organizações presentes. As recomendações são enviadas para o e-meio da secretaria da CEDAW e são incorporadas nos questionamentos que a CEDAW fará à delegação governamental.

Estes dois documentos, sendo um exposto oralmente e o outro enviado são divulgados pelos meios de comunicação e originam notícias da própria CEDAW.

7 Sessão Brasil – Sumário das questões discutidas entre a Delegação Oficial Brasileira e as Delegadas do Comitê da CEDAW⁶

A participação da Delegação Brasileira Oficial foi composta de 32 pessoas representando o Poder Executivo Federal por meio de diversos Ministérios e o Poder Legislativo. A chefia da Delegação ficou a cargo da Ministra Eleonora Menecucci de Oliveira da Secretaria de Políticas para Mulheres, sendo co-coordenada pela Embaixadora Maria Nazareth Farani Azevedo, representante permanente do Brasil junto à ONU⁷.

Embora parte da delegação oficial tenha chegado em diferentes dias, somente no dia 16, com um coquetel oferecido pela Embaixada é que se completou o grupo. As representantes da sociedade civil que estavam presentes em Genebra também foram convidadas e, de fato, foi o primeiro contato ‘oficial’ entre as duas delegações. Neste evento, o contato com Ministérios que pudessem tratar dos temas migrações, desenvolvimento, tráfico de mulheres e mulheres indígenas foi feito com o Ministério do Trabalho e Emprego e Senado Federal, posto que nas demais representações, não foi possível identificar quem tratasse dos assuntos. As Senadoras Ângela Portela⁸ e Ana Rita⁹, ambas se mostraram disponíveis para a discussão, mas dispunham de pouca proximidade com os assuntos, sendo mais afetas às discussões de violência contra a mulher no âmbito doméstico. A CPI que está vigindo, investigando a violência contra a mulher foi o principal argumento sobre o envolvimento do Congresso Nacional nas questões referentes aos direitos da mulher.

Os assuntos foram discutidos por artigo da Convenção e após as questões levantadas pelas Delegadas, a Ministra respondeu com os aportes técnicos do conjunto da delegação oficial e sempre apoiada pela Embaixadora. Por isso, seguem as participações conforme a sequência do dia:

⁶ Este Relatório foi elaborado pela equipe da IWRAW com base nos debates realizados no dia 17 de fevereiro.

⁷ Missão Permanente do Brasil junto à ONU. Chemin Louis Dunant, 15. 1202 Genebra – Suíça. Tel: (+41) (0) 22 332 50 48 (direto). Fax: (+41) (0) 22 910 07 51. Email: ambassador@delbrasgen.org

⁸ angela.portela@senadora.gov.br . Fone (61) 3303 6103. Senado Federal Brasileiro. Ala Sem. Afonso Arinos – Gab 10

⁹ ana.rita@senadora.gov.br . Fone (61) 3303 1129. Senado Federal Brasileiro. Ala Filinto Muller, gab 14

7.1 Artigos 1 -2

- Constitution
 - CEDAW definition of non-discrimination is not included in any legal domestic instrument – please correct if wrong
 - How does state party interpret article 7 in the constitution? – Rights of domestic workers are included under other articles and excludes rights for domestic workers – discriminatory text – are there constitutional interpretations in the text
 - Brazil played an important role in the ILO convention – 189
 - Significance of international women’s day next year – will be a time to celebrate reduction in maternal mortality in Brazil

7.2 Artigo 3

- Institutional mechanisms
 - Enhanced institutional standing for secretariat for policies for women – paves the way for increases in budget
 - Alternative information indicates that less than 50% of the budget was actually allocated to the ministry
 - Please clarify the budget differences – did the 2011, which may have been halved, did it effect the implementation of the policies of the secretariat
- Official women’s policy boards
 - Nearly 90% of municipalities are without a women’s policy bodies – what are the plans to establish bodies in the remaining municipalities
- Second national plan
 - What challenges and obstacles have been identified through the implementation and organisation of the plan – what have been identified as possible issues?
- Updated data
 - Updated data, disaggregated by sex, ethnicity is very important
 - Especially important for implementation of CEDAW

Respostas Brasileiras:

- Definition of discrimination
 - National congress decides to change the constitution
- Article 7 – group within national congress – to rescind article 7 out of the constitution vis-à-vis domestic home workers
- Budget
 - National cut did not effect the implementation
 - Resources are not enough, however will be able to add thereto
 - Pledging to increasing this budget very year
- Decentralisation
 - Decentralised policies at municipal level – federal level set up policies which are handed to municipal managers
 - Country does not lack further laws, but control and monitorisation of civil society – when it comes to monitoring these policies

- Falls to us to strengthen and implement these policies and take the municipalities to task when they do not abide by these policies
- Insufficient institutional network
 - 2010 research by statistical network – 11 hundred institutions and organisations as part of the network – network counts members that can deal with women’s issues – not insufficient
 - monitoring of municipalities is followed up every 6 months based on annual priorities – procedure was implemented and further development in 2011 – it takes time to change outlooks and encourage the municipalities to fill in all the data
 - but it is a good system and will contribute well
- CEDAW incorporation
 - supreme court issued opinion concurring all HR treaties with supra-legal status – all provisions of CEDAW are directly applicable in Brazil
 - Only too willing to give hard data with all answers
- Statistical data
 - Inter-ministerial committee working on breaking down all data by gender – populational data
- Secretariat instruments
 - Secretariat has created an internal instrument relating to women (?)

Réplicas CEDAW

- Legal delay is showing us how serious the problem of access to justice is in Brazil
- Full compliance with recommendations that we train judges and all the health branch in CEDAW is essential and would be marvellous for us to have an assessment of the measures taken
- Statistical data – happy with response that collection is improved
- Highlight – other grounds such as ethnicity, age, etc is information on those grounds also collected?
- Pimentel case – mechanism at the national level for implementation of treaty body decisions and recommendations
- Case – in your replies mention procedures are still ongoing in relation to negotiation
- Case is admissible and not considering any more cases at national level – cases at national level are not being properly considered – hence needs to be considered at federal government level
- Congratulate on symbolic reparation – one part of the hospital will have the name of Ms Pimental –
- Important to have follow up information – CEDAW committee will follow up on the case on the implementation of the recommendations under the CEDAW
- Acknowledge work of Silvia pimental on second mandate
- **Strengthening institutions at municipal level**
 - Monitoring and surveillance and executive aspect – if the municipalities doesn’t have resources to carry out the work, then doubtful of the effectiveness of the plan
 - The plan announced is so ambitious and broadly-based – if the municipalities don’t have the executive ability – implementation will be a concern
- **Data –**

- Not good use of statistics available – best use of the data is a problem – link between users and producers of the statistics – analyse the statistics (recommendation for next country report)
- Need information based on statistics – we don't have enough
- **National mechanism**
 - Follow up of treaty body recommendations – what are the national mechanisms for this?
- **Anti-Discrimination and mechanisms in Brazil**
- Why is there no national HR institution in line with Paris principles?
 - Important to achieve anti-discrimination
 - Help with women's institutions in civil society

Réplica Brasileira

- Pimental case
 - Brazilian tribunal has been answering important questions in different areas relating to women
 - Fulfilment and implementation of CEDAW and other treaty body recommendations
 - Maternal mortality
 - Researching the causes
 - Health ministry has a protocol signed between secretariat for race equality that covers racial inequality in the health system
- Decentralisation at municipalities
 - Depends on interest of municipalities – hence makes it problematic, however we are aware of this
 - Need to enhance the mechanisms of dialogue, including dialogue
- Handicapped women
 - If not for the social movement of the handicapped to call to attention for lack of sensibilities – absence of access for handicapped people
 - Public policy is deeply connected with organisation social movements
 - Policy is to search for solutions to discrimination – we are on the way towards eliminating discrimination
- Violence against women – against handicapped women
 - Very big problem
 - Sign language translation of violence against women – increased reporting of violence by handicapped women
- Statistical data
 - New document to show effort to implement statistical requirements
- Municipal level –
 - Resources – financial and human – there is an understanding to strengthen the ability to implement CEDAW – the municipalities pass on information to state, then federal and then federal complies with CEDAW implementation – there is work in both directions along this hierarchy – a two-way path that has started with the national plan
- Implementation of treaty organs
 - There is no mechanisms for that implementation
 - However there are working groups for implementation
 - HR institution according to Paris principles

- In Brazil there are instruments for HR - there are discussions to consider such an institution

7.3 Artigo 4

- Clear there is determination to eliminate discrimination
- TSM – need to be taken under article 4
 - There is not always a clear way to see the implementation of TSM in relation to CEDAW
 - Assessment of impact on women – we have doubts as to the success of these measures for women’s benefit, especially particular groups
 - Brazil poverty plan –
 - Is there a gender perspective to this plan?
 - Only the population is mentioned here – what about different types of women, rural women, forest women, indigenous
 - There is no evaluation and assessment of special measures directly focused on women when considering quotas and TSM
 - There is no political statement on short comings
- Maria de Penha – important and progressive law
 - To what extent does the judiciary understand the law – judges consider it unconstitutional?
 - Although the prosecution office indicated that the law is not unconstitutional – the supreme court law has not given any judgement
 - Please share with analysis = why is the judiciary so negative and passive to apply this law?
 - GR 19 – application?
- Special courts for DV
 - Excellent idea
 - Despite growing number of proceedings, however lack of special courts
 - Concrete information from state party to increase resources allocated
- HR of women in detention
 - Acknowledge efforts made
 - Increase in women prisoners – why is that more than double in comparison with men?
 - Bangkok rules – how to address lack of training for legal professionals and instances of rape in detention
- Violence against women
 - Implementation – how to implement the new provisions of the law
 - Progressive implementation – need immediate implementation, not progressive – hence need to know how many courts, and shelters for implementation
 - Not clear as to obligation for municipalities – are groups obliged to implement the law i.e. create special courts
 - Constitutional challenges
 - At COE adopted new convention on DV
- DV – family violence against women with disabilities
 - Women with disabilities – judicial sentence increased
 - There are no services to enable women with disabilities to access legal remedies
 - No services for deaf women within courts, etc

7.4 Artigo 6

- Human trafficking – substantial progress in Brazil
- Second plan against HT is almost at the end of its progress
- In which phase is the plan in at the moment – will it be follow through
 - o Implementation – central mechanism, budget, who is responsible for the implementation of the plan
- Commission for HT – in reports found importance of HT – what is the follow up of the reports findings?
- Prosecutions and legal assistance for victims of HT
 - o What sort of assistance do they receive?
- Disabled women
 - o Please provide more information on their situation in relation to HT and plans to address their issues
- In country trafficking
 - o Country report deals with information on Brazilians trafficked abroad
 - o However internally there is a strong issue with reception of people being trafficked for labour into Brazil – from China, Paraguay and Peru

Respostas Brasileiras

- Gender issues in Brazil are large
- Patriarchal attitudes in Brazil – will have to live with these issues for some time
- Political parity
 - o Quotas in parliament – presence in leadership and presence of 10% of congress – not high enough, however it is has been under discussion to create further and increase the quota
 - o Black women quotas – a Bill evaluated at congress to increase numbers at universities – affirmative actions at universities
- Disabled women
 - o Family income programs
- Poverty program
 - o Rural women and agrarian reform in Brazil is underway
- Women in detention
 - o Higher percentage of women in prison relating to men – representative of gender discrimination in all areas – if
 - o Any woman should enter labour while in detention – this is not allowed
 - o Specific budget line to cover situation of women detainees – have implemented actions focused on access to justice
 - o Created a plan aimed at enlarging physical parts of women’s wings in prisons
 - o Drug trafficking – women are related to the drug traffickers
- First plan for HT
 - o Given a budget and calls for pioneering actions – which are implemented late, but better than never
 - o HT plan is now being assessed after successful campaigns to empower professionals

- Second plan – still hasn't yet been launched – will be considered by other ministries for interministerial approach
- Information and training lessons and inclusion of handicapped women in the second plan – it is a priority item in Brazil
- National seminar on HT
- Through research and national programme on specific training on health for women in trafficking – Nov 2011 – two cause health, migration and women trafficking – what you need to know and o. This qualifies health staff to have expertise in identifying women who may be involved in trafficking

Réplica CEDAW

- a plan of action needs statistics and data - last time this was done is 2002 – is there an updated one that provides more in depth data
- question of demand should be tackled in the PoA
- advisable to have a unified law for trafficking
- protection of victim – to deal with women and children rights and their rehabilitation i.e shelters for victims – are there any shelters?
- Human trafficking – sexual exploitation needs to be addressed
- Indirect approach to stereotypes
- Under article 10 – in the national plan – needs better integration of stereotypes – in the written report it is not visible
- Maria de Penha monitoring body – due to lack of resources – how do you envisage monitoring the law when the body has insufficient resources
- More information on the decision of the Supreme court on maria de penha law – what was finally decided
- Statistical data
 - In article 38 – data on DV – do you have data on Femicide – from partners – how are you dealing with such violence
- Internal trafficking – prosecution
- Women trafficked into Brazil for slave purposes – please provide information
- Language interpretation – kept in prison without interpretation and knowledge of why they are there – indigenous women

Réplica Brasileira

- All recommendations will be complied with on the second plan to combat HT to improve the plan
- Stereotypes
 - No doubt that this is a problem world wide
 - Need to create instruments to eliminate stereotypes –
 - Have been seeking to confront them with partnerships with universities, schools, professional training courses in different areas – police, judiciary, etc
 - Special relationship with research institute to develop research with a selective process
 - Working with other ministries – afro-descendent population – deal with racism in society
 - Legislation – create public sensitisation

- Regulations
 - Communication campaigns – with communication professionals
 - Stereotypes – information with public and private security agents – with ministry of justice
 - Education materials – to fight information with racist and sexist contents – educate that symbolic violence is as important as physical violence
- Forced labour in Brazil
 - Government has been working towards eradicating this programs – ILO programs in domestic and other Latin American countries
 - Forced labour deeply linked with migration condition
 - Amnesty towards workers – including women – prevents employers from exploiting workers in that irregular environment – ensures workers can enter in regular environment
- Intimate partner violence
 - Huge problem – sexist culture in Brazil reason for such high incidence of violence
 - Been working towards campaigns to increase awareness of DV
 - Campaign to combat violence against women – at the end of 2012 hope to have concrete data relating to violence against women
- Maria de penha data collection
 - Difficult to collect the data and gather it together – need to work on consolidation of the data

7.5 Artigos 7-8

- Final recommendations – public presence of women – needs to be increased in the judiciary and foreign affairs
- International ranking – 108 – comparison to neighbouring countries – need to think about special measures
- Majority grouping is female – why think about minorities or quotas
- Discussion about improving women’s participation within political parties
- Real issue – do women need to be better prepared and overcome obstacles to participate in political parties
- Need to ensure there are not privileges within political parties – where is the barrier to the new law ensuring more participation in political field and judiciary
- Effects of having a lack of women in the legislature – special effort to bring more women into parliament
- Political parties need to move to change things
- Access to voting for disabled people
- Only a small number of municipalities have gender bodies

Respostas Brasileiras

- Very proud of current female president – two vice senators, two vice presidents

- Women's movement – strong movement – government needs to increase women's participation in the work force
- Consensus in parliament
 - o Need to find a solution to low level of women in legislative chambers
 - o Need public funding for electoral campaigns – now being debated at national congress – party loyalty is also important

7.6 Artigos 10

- Rural, black and indigenous women have higher rates of illiteracy
- 2008-2011 illiteracy program – new plan in 2012 – to meet literacy needs of social-disadvantaged groups
 - o how will the plan address the illiteracy of these groups?
 - o How are you addressing the education of girls in these groups – to stop adult illiteracy
 - o Para 2011 and 2012 – programs towards girl illiteracy – have these plans been successful – how have they been carried out?
 - o What are the outcomes of these programs –the impacts – is there any shift in the consensus in the ways in which sex, gender and race impacts upon education
- School aged girls – exposure to sexual violence
 - o Carnival culture – issue with violence against women
 - o What measures are to combat violence against girls and adolescents in schools – sexual violence in particular?
- Sex education of the education and employment segregation – women have more years of schooling and more qualified in the job market – however doesn't result in higher wages and professional occupations – it is due to the areas in which females are clustered in employment

7.7 Artigos 11

- Equality in workplace Act – has it finally been adopted and can you ensure that the new act has adequate provisions on sexual harassment in the workplace
- Pay gaps
 - o ILO pay gap is more than 40% if women and men in higher education are taken into account
 - o Average wage is 82% of men
 - o Brazil's work did not address equal remuneration for equal pay for equal work – how are you addressing the huge pay gap in the country?
- ILO – 189 on domestic work
 - o Planned equality in the workplace act will have any impact on domestic workers
- Domestic workers
 - o Afro-brazilians are over-represented, especially young girls – what measures are planned to address this issue?
- Migrant workers?

- Planning to implement Convention on migrant workers and implement domestic legislation to implement it
- Family solutions
 - Affordable childcare – recommended from last report

7.8 Artigos 12

- Health – comprehensive health care for women
- The report does not have other information on women’s health – concentrates on maternal health
- Not women are mothers or of reproduction or sexual activities – hence their health needs to be taken into account
- Series of information about the stalk project – ambitious and strategic approach – requires people who are very qualified –
- how are women’s institutions and others in Brazil being organised to implement this plan
- HIV –
 - In replies in list of issues – para 175 – state program to combat feminisation of HIV however there is no explanation of the phenomenon – please explain the program and how it is being implemented
 - How the health of a small population is being considered with fast development – when foreign investors and large development in small places – health of small communities subject to very rapid change
 - Sexual abuse, drug abuse – affects on health in small communities
 - Especially in line with new industries – soya and food security issues – changes in local diet
 - How are you going to bring together health and social development
- Unsafe abortion in Brazil – very big problem
- High rate of maternal mortality is a direct result in criminalisation of abortion – recommendations have been made towards revising legislation on abortion
- Recognition of abortion in cases of anaphalasis (disease)
- Abortion only available in limited cases
 - Doctors fear being prosecuted refuse to give abortion without a police report of abortion – however many women do not report the rape to the police for many fears
 - Marital rape is also not penalised and cannot be protected when they become pregnant
 - Very low level of legal abortions – much lower than the number of cases which can be treated under the article
- What is being done to address these issues?
- Criminalisation of abortion makes it a class and race problem – it is the poor and afro-descendent who have to result to unsafe abortion, whereas the women from upper classes can find solutions for themselves
- Status of the unborn – new bill
 - New bill criminalises abortion in all cases
 - Mean that women would be reduced to a passive role, vessel to bear babies – subordinates right of the women to make decisions on her own rights
 - What is going to be done about this big problem ?

- Clarification
 - Automatic information
 - Rights to confidentiality are

7.9 Artigos 13

- Micro credit:
 - What are the circumstances in relation to micro-credit

7.10 Artigos 14

- Rural women – intersectional discrimination
 - Suffering in all respects – conservative mentality, stereotypes, extreme poverty and lack of access to education services and health services – lack of documents
 - Women’s access to productive means and economic autonomy
 - However still remaining lower than men in poverty analysis
- Documentation – issue for women in rural area
 - Travelling mutual aid campaigns
 - How can you reach women living in remote areas ?
 - Violence against women – invasion of their lands by various companies – lack of security in those areas – measures taken by the government to deal with these issues in those areas?

Respostas Brasileiras

- Education
 - Intersectional discrimination is an issue for women
 - Started establishing partnerships with universities to implement quotas and private universities
 - Incentives from the government – if worthy of philanthropic help –have substantial effect on youth
 - Federal public university network has been expanded out to municipalities which are in the most remote areas
 - Expanding these programs is important
 - New system in universities to increase youth participation
 - Families gain resources to keep their children in school – monitored that children are sent to school
 - Addressing issues in new academics for young people
 - Technical teaching
 - Very important technical schools
 - Link up of education – irrespective of a young person’s class
 - Address the needs of various ethnic groups and swathes of population – to train and prepare the trainers, the teachers themselves in middle and higher education so that they are able to deal properly with the origins of issues
- Gender and diversity

- Program is to train teachers in primary and secondary education – trained under the program to shift mentality – to really address the whole issue of inequality
- Women and science – to encourage university students who are studying the exact sciences – higher education of women in universities
- Young scientists program
- Rural women
 - Access to education is imbalanced especially basic primary education and pre-schooling – women have lower access
 - Increase in women in farming – inequalities still exist despite improvements – the federal government is trying to establish a new program
- ILO – employment and income
 - Aggression against women in workplaces – is clearly punished
 - Wage gap – does exist
 - It is indeed an unacceptable discrimination – range of programs – to reduce the gap
- Domestic workers
 - Domestic work employs 90% women
 - Women participated in working towards ILO convention 189
 - Preparing itself to ratify 189
 - Ministries are actively working to speed up preparations to that convention can be ratified
- Convention on Migrant workers
 - Ratification of this convention – going through National Congress at the moment
- Sexual harassment and violence
 - Agreements to prevent violence against teenagers and young people
 - Especially in development areas – legislation already exists and implemented in criminal code already
- Trade union law – designed by women’s groups – going through congress
 - This draft bill seeks to include child care centres in all companies – because children are the responsibility of fathers as well as mothers
 - Oversight body would be established – companies that do not comply with the law will be punished
 - Family committee in parliament – is in the finance committee
 - Issue of how to negotiate what goes on inside the home – the work the women are destined to in patriarchal societies
- Health
 - Causes of women’s health – diabetes, cancer, etc – addressed by health policies and prevention measures for these diseases
 - These diseases are related to the dual or triple work day for women – stress in the workplace and in the home – women tend to smoke
 - Unsafe abortions
 - Encumbrant on legislative body and executive body – draft bill underway in parliament – need to prevent the deaths of mothers and unborn babies
 - HIV
 - Open university program – partnership with trainers and public services that can train and create awareness among professionals in the health program – especially family programs, social workers
 - These workers treat these women in these neighbourhoods

- Prevention program – very good program – has had significant results on the population
- The issues of HIV has become visible – poor and women have become clear sufferers of AIDS – not feminisation of HIV but women are not speaking about HIV – women’s complaints were not heard, but now increasingly this is the case
- Brazil is not only carnival – this issue of HIV is something that we are now facing with the aging of the population – Brazil is a young country, however we have few policies that look towards the elderly
- Brazil has started to become concerned about the aging HIV sufferers
- Pharmacy cost changes
 - Treatment costs for diseases commonly suffered by women
- Training of medical staff
 - In nearly all municipalities – increased training for mid-wives and increased maternity centres
- Access to credit
 - Gradual increase in access to credit – from 11 – 17% - commitment to reach 35%
 - Extending and improving financing for rural farmers – improve management of household – rural micro-credit

Réplica CEDAW

- More information on the status of the unborn – not clear on the state of the unborn in Brazil
- Pre-existing doubt in the answers
 - Para 169 of answers talks about the status of the unborn child is being monitored by the legislative affairs office
 - What is the divergence – there might be legislation that has been overturned or that can be sidelined – if this statute to be approved
 - My personal opinion is that the legislation is worrying and a step backwards in reproductive rights – the committee cannot talk in support of abortion, however women in each state party are entitled to choose how many and when they want to have children – hence ask States about criminalising abortion, etc
 - No lengthy explanation – I want a clear idea on your view of this statute
- Rural women – concerning violence against women and specific programs and projects targeted at women in the rural women
- How do you reach women in the rural areas
- Responses needed on concrete elements on how to ensure documentation for rural women
- More information on register of pregnancy – automatic registration and views on confidentiality of data

Réplica Brasileira

- The statute of the unborn did not come out of the secretariat – came out of the parliament

- Brazilian government looking at existing legislation – monitored by health ministry and secretariat for women – issued 7 opinions against the legislation – the government is against this statute
- Health records
 - Access in rural areas
 - Register for women who because of their own will – register into the system
 - Right that has always been preserved in Brazil – committed to preserving the confidentiality of the register
 - Need to know how many women are covered by this - Prenatal services, confidentiality of the register is very important
 - Only people who have access to the system are those working with it – health professionals, public servants
 - Need more training of managers – to put into the registry what is happening
- Violence against women in rural areas
 - The federal government with the secretariat has set up a forum to combat violence against women
 - Mobile care units are being set up – to help women who are vulnerable to violence – 56 mobile units for these women
- Documentation – rural poverty programs
 - Children up to 10 years of age – promoting civil documentation and registration of people
 - Municipalities and other state organs are involved with this program
 - Income issues – equality and poverty is determined by the condition of women as to whether they benefit from programs or not – agricultural income of women is an issue
 - Improvements in hiring women as outreach workers – affirmative action programs and public procurement programs
- Internal trafficking issue
 - No data on internal trafficking issue
 - However the first national plan includes programs to prevent and prosecute perpetrators – to empower women and support women victims
 - Priority in second national plan – in final stage of drafting and should be introduced this year

7.11 Artigos 15-16

- Country report was completely silent on article 16 – on the list of issues and questions it was pointed out that the report was silent – CEDAW CM asked for more information
- In the answers – it was very vague and did not address any specific issues
- From previous state party report –
 - discriminatory practices remain in legal age for marriage
 - restrictions on marriage for women
 - confusing sentence
- in this report
 - numerous new legislation was listed – new laws that have to do with marriage and divorce – however they are not explained, please explain these new laws from 2007, civil procedure code, dealing with property after separation
 - amendment to the law – is there administrative divorce a possibility in Brazil – even where children are involved – these procedures cannot be administered

- administratively but should go through courts to consider needs of children and mothers
- LGBTs
 - o Unions for same sex couples – since 1995 a bill has been pending – full marriage ability for same sex couples – does that mean same sex couples have the same rights as opposite sex couples

Respostas Brasileiras

- Same sex unions – couple can register their same sex union – they have inheritance rights as part of health insurance
- The high court allowed civil union and shows that there is a victory for same sex couples
- The maria de penha law protects women and same sex couples
- Family and marriage legislation
 - o Civil code in 2003 changed rules after divorce – balance in custody and alimony rights
 - o Legal separation (administrative separation) is possible where children are involved there is a need for public ministry to participate when there is discrepancy
 - o 2007 law has allowed the possibility of administrative procedure

Réplica CEDAW:

- Please address issues about discrepancy in legal age for marriage
- Other considerations from past report
- Administrative divorce – research from other countries indicates this procedure could be harmful for women – is the state going to monitor the implementation of the code?

Réplica Brasileira

- The state will monitor the implementation of the civil code
- View among women indicated that they changes to the civil code were helpful towards them – their decisions and choices don't tie them
- I will commit to answering these questions in greater detail – there is a process and search to monitor when we hear about this
- When info reaches them – they will pass on
- Administrative separation
 - o When there are children – custody should be shared and the public administrative body always intervenes
- Rights to vote – disabled women have the same rights as everyone else – 18 -60
- Legal age of marriage

Palavras Finais Delegação Governamental Brasileira:

- Thanked CEDAW for the analysis of the report

- Significant solidarity with women in our country and leave here knowing that Brazil is on the right path and know that Brazil has an ally in the form of the committee and – thank the delegation and all the team

7.12 Questões para além do debate oficial

O relatório brasileiro de resposta às “Lista de Questões e Perguntas” enviadas pela CEDAW em setembro de 2011, não respondeu com objetividade, ou seja, é um relatório baseado nas “boas notícias” políticas como ter uma presidenta mulher com a eleição de Dilma e mais atualmente, ter uma ministra com a envergadura de Eleonora¹⁰. O relatório investiu grande parte do preâmbulo nestas questões e informou muito pouco em respostas efetiva.

A Delegação Oficial Governamental, bastante completa de representações dos Ministérios e Legislativo, muitos não dispunham de conhecimento mais completo das áreas de sua representação, ou seja, não tinham dados suficientes para responder às questões apresentadas pelas debatedoras da CEDAW. De forma geral, as respostas referiram-se a propostas de políticas que estão sendo planejadas, organizadas, implantadas sem conferir mudança das condições de acesso aos direitos das mulheres e mudança das condições de vida. De forma geral, as representações da sociedade civil, com as presenças do CLADEM, Rede Feminista de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, Articulação Mulheres Negras Brasileiras e IBISS-CO tinham dispunham de informações mais atualizadas que algumas representações governamentais, sendo comum as componentes da CEDAW dirigirem-se à sociedade civil buscando informações.

As respostas generalizadas baseadas nas intenções das políticas sociais brasileiras como o Bolsa Família, PRONAF mulher, diminuição da parcela de miseráveis tornaram-se discursos sistematicamente colocados em cada questão. A existência da Secretaria de Políticas para Mulheres – SPM, de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR foram argumentos utilizados sendo que, a formatação federalizada, com descentralização da execução dos serviços pelos estados e municípios, como um dos principais argumentos pela não implantação de serviços e políticas efetivas de reversão das condições porque passam as mulheres.

Na temática do tráfico de pessoas, a fala mais recorrente foi a existência do I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, o Seminário de avaliação e a fase atual de elaboração do II Plano Nacional. Os dados sobre tráfico de pessoas no Brasil ainda são citados os da

¹⁰ Ressalte-se no dia da apresentação do relatório brasileiro, a Ministra estava no cargo há apenas uma semana.

PESTRAF e houve silêncio sobre a inexistência da coordenação nacional da Política de Enfrentamento ao Tráfico por mais de seis meses e o tráfico interno.

O debate sobre desenvolvimento, grandes obras e eventos que estão programados para o Brasil como a copa de futebol e as olimpíadas também passaram ao largo das discussões, havendo tanto por parte da CEDAW quanto por parte do governo brasileiro, necessidade de maior incidência para que estes assuntos possam ser tratados no conjunto, visando a garantia dos direitos das mulheres.

8 Continuidade do trabalho?

Com a finalização da semana em que o Brasil participou da CEDAW, foram reunidas novamente as organizações participantes do Programa “Global to Local” visando elaborar uma agenda de trabalho para darmos seguimento das ações no Brasil. Devido às agendas não combinadas anteriormente, não foi possível reunir todas as representações que apresentaram relatórios-sombra ou mesmo a Delegação da sociedade civil para fazer uma avaliação do que foi esta 51ª. Sessão da CEDAW.

Dois encaminhamentos foram importantes com outras instâncias:

a) a Ministra Eleonora, reunida com as representações da sociedade civil no final do dia Brasil da sessão, comprometeu-se a fazer uma reunião com as organizações para debater com mais profundidade o relatório e os principais assuntos, comprometendo-se a fazer esta reunião logo após o 8 de março.

b) As representantes do Conselho Nacional da Mulher comprometeram-se a chamar uma reunião específica daquele colegiado para fazer a discussão da CEDAW, verificando, inclusive a possibilidade de um grupo de trabalho, vinculado ao CNM para seguir a convenção.

Da parte das organizações presentes, ficou combinado que faríamos o monitoramento dos editais públicos com vistas a apresentar um projeto de seguimento da CEDAW no sentido de articular não somente as organizações presentes como também viabilizar a participação de outras, especialmente aquelas que representam as mulheres com deficiência e as indígenas.

Campo Grande, maio de 2012.

PUBLICADO MAIO DE 2012